



Repositório do Conhecimento do Ipea (RCIpea):

Arquitetura Informacional e
Conjunto de Metadados:
versão preliminar

Repositório do Conhecimento do Ipea (RCIpea):

Arquitetura Informacional e
Conjunto de Metadados:

versão preliminar

Veruska da Silva Costa

Brasília, DF
Agosto 2012

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) © 2012.

Coordenação Geral: Fábio Ferreira Batista (Dides/Ipea)

Elaboração: Veruska da Silva Costa (RCIpea/Ipea)

Ficha Catalográfica

Costa, Veruska da Silva.

Repositório do Conhecimento do Ipea (RCIpea) : Arquitetura Informacional e
Conjunto de Metadados: versão preliminar / Veruska da Silva Costa. – Brasília : Ipea,
2012. X p.

I Título.

Sumário

1. Apresentação e Introdução

1.1 Apresentação

1.2 Introdução

2. A Organização da Informação no RCipea

2.1 Arquitetura Informacional do RCipea

2.1.1 Comunidades do RCipea

2.1.2 SubComunidades do RCipea

2.1.3 Coleções do RCipea

3. Catalogação: a descrição física e a descrição temática de objetos digitais no RCipea

3.1 Padrão Dublin Core (DC)

3.2 RCipea: Conjunto de Metadados

1. Apresentação e Introdução

1.1 Apresentação

O Repositório do Conhecimento do Ipea – RCIpea é um repositório institucional digital, de Acesso Aberto, criado em 2012, com o objetivo de organizar, armazenar, preservar, recuperar e disseminar a produção técnica e científica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, em qualquer suporte ou formato eletrônico.

O repositório foi construído segundo recomendações internacionais para disseminação da informação, visando aumentar a visibilidade e o acesso da pesquisa e a interoperabilidade de toda a produção do Ipea em Rede.

Este documento é constituído desta Apresentação; de uma Introdução e de mais dois capítulos. No Capítulo 2 apresentamos como foi definida a Organização da Informação do RCIpea e o detalhamento da sua Arquitetura Informacional. No capítulo 3 apresentamos o padrão Dublin Core, e o Conjunto de Metadados do RCIpea.

1.2 Introdução

Repositórios institucionais são repositórios digitais voltados para o armazenamento, preservação e disseminação da produção intelectual de uma instituição (Costa; Leite, 2006). Os repositórios institucionais têm sido abordados tanto como uma ferramenta quanto uma estratégia para maximizar a visibilidade da pesquisa de uma instituição. Visto como uma ferramenta de gestão do conhecimento, potencializa a troca de conhecimento no seio das comunidades técnicas e científicas e alimentam a preocupação com o acesso à pesquisa e os impactos causados pelo Acesso Aberto (Open Access) ao conhecimento gerado por pesquisadores de todas as áreas (Costa; Leite, 2006).

Nesse sentido, o repositório maximiza e acelera o impacto das pesquisas e, conseqüentemente, sua produtividade, progresso e recompensas. (Brody; Harnad, 2004). Resultados de pesquisas recentes apontam para isso. Lawrence (2001), por exemplo, apresenta resultados de um estudo que mostrou um crescimento de **336%**, em média, nas citações a artigos disponíveis online, em relação a artigos publicados off-line, na mesma fonte. (Costa; Leite, 2006).

Tendo em vista esta abordagem tanto como ferramenta, quanto como estratégia para maximizar a visibilidade da pesquisa, os repositórios institucionais são hoje, no contexto brasileiro, uma realidade. Todas as universidades públicas federais e instituições de pesquisa já implantaram seus repositórios ou estão no processo de implantação. Várias instituições públicas, da administração direta e indireta, também implantaram seus repositórios institucionais. Para exemplificar, podemos citar os repositórios do INMETRO, Embrapa, STJ, Senado Federal, Ministério da Educação, Fiocruz e etc. O Ipea, como instituto de pesquisa, não poderia deixar de avançar nessa direção.

O RCIpea disponibilizará a sua produção segundo os princípios da Iniciativa de Arquivos Abertos, ou Open Archives Initiative (OAI). Além da sua produção, O RCIpea disponibilizará a produção técnica e científica de instituições parceiras, que desenvolvem e produzem trabalhos relevantes no campo de atuação do Ipea, nas diversas áreas relacionadas ao Desenvolvimento Econômico e Social. Para tanto, tais instituições também devem seguir as especificações do OAI.

A Iniciativa de Arquivos Abertos, ou Open Archives Initiative (OAI), teve início em 1999, quando Ginspard, Luce e Van de Sompel fizeram uma chamada para explorar a cooperação entre arquivos de e-prints. Essa iniciativa propôs aspectos técnicos e organizacionais de uma estrutura para publicação científica. Isso foi

possível devido aos ideais e conceitos estabelecidos pela OAI e resumidos como: uso do software livre; também chamado Open Source; criação de repositórios de Acesso Aberto (Open Access); uso de padrões de preservação de objetos digitais, e etc. (KURAMOTO, 2005).

Nesse contexto, o termo “Archive” é aceito como sinônimo de repositório. O termo “Open” é utilizado na perspectiva da arquitetura, no sentido de definir e promover interfaces de máquina para promover a disponibilidade de conteúdos (LAGOZE, VAN DE SOMPEL, 2001).

Além disso, a OAI estabeleceu o Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH), um protocolo de comunicação que possibilita a coleta de metadado a partir de determinados provedores de dados. Esse protocolo, juntamente com um Padrão de Metadados, gera alto nível de interoperabilidade entre os repositórios. Os metadados também são apresentados em um padrão. O padrão de metadados mais utilizado é o Dublin Core (DC), porém, a OAI permite a adoção de outros padrões de metadados.

O Ipea, na implementação do seu repositório institucional, tendo em vista a interoperabilidade com outros repositórios, utilizou o Dspace, software Open Source; adotou o Dublin Core (DC) como Padrão de Metadados e habilitou o Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH).

2 - A Organização da Informação no RCIpea

Segundo Brascher, os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) são sistemas conceituais que representam determinado domínio por meio da sistematização dos conceitos e das relações semânticas existentes entre eles. Englobam sistemas de **classificação, cabeçalhos de assunto, arquivos de autoridade, tesouros, taxonomias e ontologias.**

A Organização da Informação no Repositório do Conhecimento do Ipea – RCIpea foi estabelecida a partir dos 7 Eixos Temáticos para o Desenvolvimento e dos grandes temas da área de Desenvolvimento Econômico e Social. Os grandes temas foram extraídos do estudo do domínio do repositório, por meio da análise de conceitos e das relações semânticas do MacroThesaurus da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, chamado MacroThesaurus for Information Processing in the Field of Economic and Social Development, Fifth Edition.

O MacroThesaurus é um esforço conjunto de várias organizações, e foi publicado pela OCDE pela primeira vez em 1969. O nome “MacroThesaurus” foi adotado para mostrar sua relação com os vocabulários mais especializados no campo que compõem a área geral de Desenvolvimento Econômico e Social. A edição utilizada no estudo do domínio foi elaborada, mantendo, na medida do possível, a compatibilidade com outros tesouros relacionados, incluindo o FAO's AGROVOC, o ILO Thesaurus, o UNBIS Thesaurus, o UNESCO Thesaurus e o International Thesaurus of Refugeee Terminology.

Existem diferenças na organização da informação em função das ferramentas utilizadas. No Dspace, software utilizado para a construção do Repositório do Conhecimento do Ipea – RCIpea, a **organização principal** está estabelecida em Comunidades, SubComunidades e Coleções. As Comunidades representam o **1º nível de Organização da Informação**; as SubComunidades representam o **2º nível de Organização da Informação**; e as Coleções representam o **3º nível de Organização da Informação**.

O Dspace também apresenta **organizações secundárias**, que permitem visualizar os documentos ou objetos digitais do repositório de diferentes maneiras. Considerou-se aqui a proposta conceitual de Brascher e Café (2008), que definem a Organização da Informação (OI), mostrando os aspectos que a diferenciam da Organização do Conhecimento (OC). Segundo as autoras, a OI é um processo que envolve a descrição física e temática dos objetos informacionais. Ela compreende a organização de um conjunto de objetos informacionais, para arranjá-los

sistematicamente em coleções, como a organização da informação em bibliotecas, museus, arquivos, tanto tradicionais quanto eletrônicos. A OI resulta na representação da informação, compreendida como o conjunto de atributos que representa determinado objeto informacional, obtido pelos processos de descrição física e de conteúdo (BRASCHER, CAFÉ, 2008).

Essas organizações secundárias no repositório do Ipea são possíveis em função da descrição física e temática dos documentos, que compreendem o preenchimento dos seus metadados. Como resultado desse tratamento informacional, no RCIpea será possível visualizar o acervo, percorrendo listas de Autores, Títulos, Assuntos e Tipos de Objeto.

2.1 – Arquitetura Informacional do RCipea

As Comunidades, que representam o **1º nível de Organização da Informação**, são os 7 Eixos Temáticos para o Desenvolvimento. As SubComunidades, que representam o **2º nível de Organização da Informação**, são os grandes temas da área de Desenvolvimento Econômico e Social, resultantes do estudo do domínio do repositório. Por fim, as Coleções, que representam o **3º nível de Organização da Informação**, foram definidas a partir da tipologia documental do acervo.

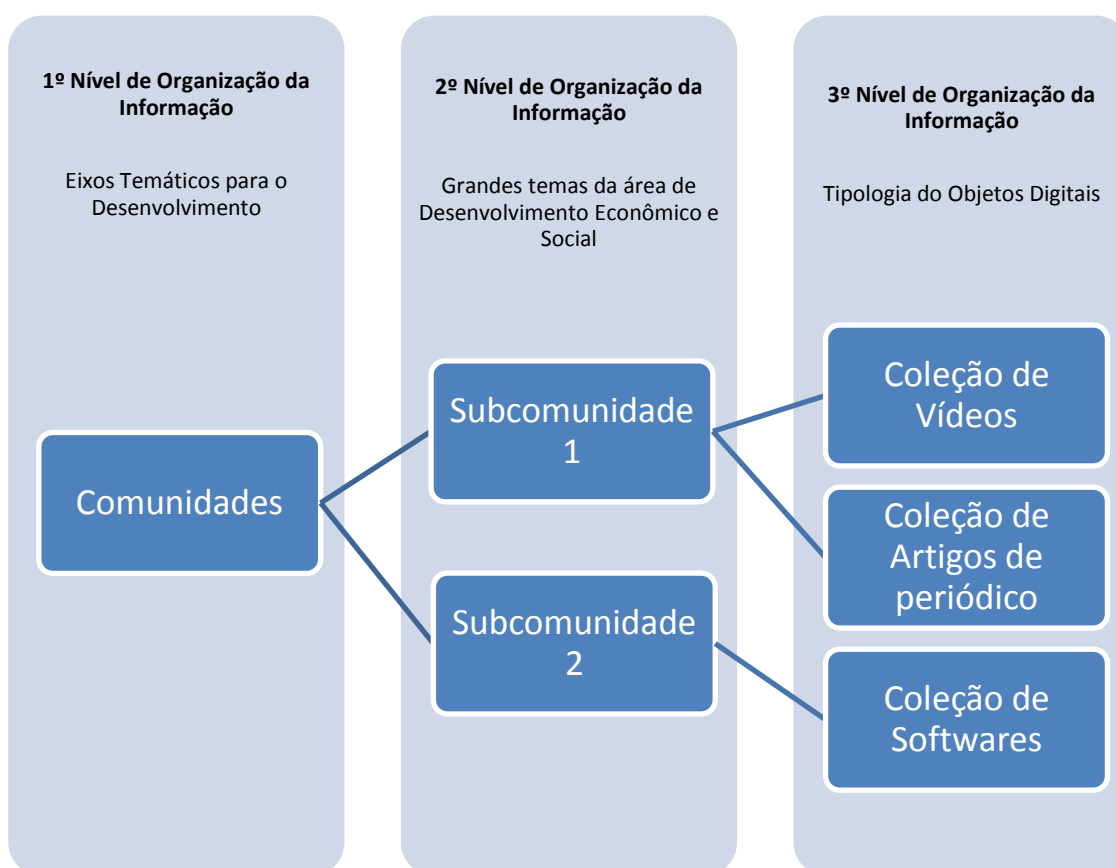


Figura 1

2.1.1 – Comunidades do RCipea

As Comunidades, 1º nível de **Organização da Informação** no RCipea, representam os sete Eixos Temáticos para o Desenvolvimento. A escolha dos sete Eixos Temáticos para o Desenvolvimento para a Organização da Informação no RCipea deu-se em função da importância deles para a instituição. Todos os estudos, pesquisas e demais atividades técnicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea são desenvolvidos em função dos sete Eixos Temáticos para o Desenvolvimento.

São então sete Comunidades ao todo, que representam os sete Eixos Temáticos para o Desenvolvimento:

1 – Inserção Internacional Soberana

2 - Macroeconomia para do Pleno Emprego

3 - Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia

4- Estrutura Produtivo-tecnológica Avançada e Regionalmente Articulada

5 - Infraestrutura Econômica, Social e Urbana

6 - Proteção Social, Garantia de Direitos e Geração de Oportunidades

7 - Sustentabilidade Ambiental

O 1º nível de organização da informação no RCipea é, inicialmente, fixo, ou seja, não é extensível. Não será ampliado de acordo com as necessidades das diversas áreas, mas poderá ser modificado se os Eixos Temáticos para o Desenvolvimento assim o forem. A figura 2, traz o desenho do 1º nível de organização da informação no RCipea, que possui sete Comunidades:



Figura 2

No Relatório de Atividades Ipea 2008, encontramos as ementas para cada um dos Eixos Temáticos para o Desenvolvimento. Apresentamos a seguir, de acordo com o Relatório acima especificado, as ementas relativas às sete Comunidades do RCipea:

COMUNIDADE 1 - Inserção Internacional Soberana

Ementa: Uma Nação, para entrar em rota sustentada de desenvolvimento, deve necessariamente dispor de autonomia elevada para decidir acerca de suas políticas internas e também daquelas que envolvem o relacionamento com outros países e povos do mundo. Para tanto, deve buscar independência e mobilidade econômica, financeira, política e cultural; ser capaz de fazer e refazer trajetórias, visando reverter processos antigos de inserção subordinada e desenhar sua própria história.

COMUNIDADE 2 - Macroeconomia para o Desenvolvimento

Ementa: O movimento das forças de mercado, por si só, não é capaz de levar economias capitalistas a situações socialmente ótimas de emprego, geração e distribuição de renda. Desta maneira, o pleno emprego dos fatores produtivos (como a terra, o capital, o trabalho e o conhecimento) passa a ser interesse e objetivo coletivos, apenas possível por um manejo de políticas públicas que articule virtuosamente os diversos atores sociais em torno de um projeto de desenvolvimento nacional sustentável e incluyente.

COMUNIDADE 3 - Fortalecimento do Estado, das Instituições e da

Democracia

Ementa: Não existe experiência bem sucedida de desenvolvimento que tenha prescindido do Estado como ator estratégico nos processos nacionais de construção econômica, social e política. Paralelamente, por mais que as economias e alguns processos sociopolíticos estejam internacionalizados, importantes dimensões da vida social permanecem sob custódia das políticas nacionais, aprofundando a ideia de que o Estado é ainda a principal referência no que se refere à regulação das diversas dinâmicas que se desenrolam em seu espaço territorial. Sendo assim, é imprescindível refletir sobre os arranjos institucionais mais adequados para conjugar Estado, mercado e sociedade em torno de um modelo de desenvolvimento incluyente, soberano e sustentável, que seja a meta da Nação brasileira e o objetivo maior das políticas públicas.

COMUNIDADE 4 – Estrutura Tecnoprodutiva Integrada e Regionalmente

Articulada

Ementa: O entendimento de que o desenvolvimento de um país soberano não pode prescindir de uma estrutura produtivo-tecnológica avançada, traz como imperativo a valorização da pesquisa e desenvolvimento em C&T como elemento indispensável do desenvolvimento nacional. Por outro lado, a compreensão de que essa estratégia e estrutura a serem implementadas devem ser regionalmente articuladas faz com que temáticas ligadas à territorialização e regionalização do desenvolvimento adquiram centralidade na agenda pública. Por isso, esta dimensão do desenvolvimento abrange temas de organização industrial e economia regional. Inclui ainda aspectos referentes à estrutura produtiva e a política de C&T, P&D, inovação e competitividade, como

condicionantes de uma estratégia de desenvolvimento que reduza as desigualdades existentes no país.

COMUNIDADE 5 - Infraestrutura Econômica, Social e Urbana

Ementa: A adequação da infraestrutura e logística de base e uma dimensão fundamental do desenvolvimento nacional. Nela, tem destaque a atualização da matriz energética brasileira e a expansão adequada da infraestrutura econômica e social do país, com destaque para a complementaridade entre habitação, saneamento e mobilidade. Todos os modais de transportes, fontes energéticas e telecomunicações – e as interconexões existentes entre tais dimensões – complementam o esquadro da infraestrutura econômica e social necessária ao desenvolvimento nacional.

COMUNIDADE 6 - Proteção Social, Direitos e Oportunidades:

Ementa: No mundo contemporâneo, o avanço das forças produtivas e o amadurecimento das instituições públicas e privadas, reforçam a ideia de que garantir direitos, promover a proteção social e gerar oportunidades de inclusão qualificada são não só objetivos teoricamente possíveis como também condições necessárias a qualquer projeto nacional de desenvolvimento. Visto este movimento em perspectiva histórica, percebe-se que a civilização ocidental constituiu um conjunto de parâmetros fundamentais de convívio e sociabilidade em torno dos quais passaram a se organizar certos direitos civis, políticos e sociais, balizadores da condição humana moderna. Condensados na ideia forte de cidadania, o acesso a este conjunto de direitos passa a operar como critério de demarcação para a inclusão ou exclusão populacional em cada país ou região, portanto, como critério de demarcação para se aferir o grau de desenvolvimento nacional em cada caso concreto.

COMUNIDADE 7 - Sustentabilidade Ambiental

Ementa: A sustentabilidade ambiental e aqui afirmada como dimensão transversal inseparável das demais. Biomas de alta relevância devem ser alvo de proteção e de iniciativas estratégicas. O acesso a água potável e a condições sanitárias adequadas são ativos fundamentais na concepção de desenvolvimento que já se faz imperativa entre os povos do mundo. A conservação das bacias hidrográficas, portanto, deve ser compatibilizada com as atividades econômicas em geral e com os processos em curso de urbanização no mundo. A gestão da biodiversidade e da biotecnologia brasileira se converte igualmente em ativo econômico e político, essenciais a inserção internacional soberana do país. Por fim, as mudanças climáticas e o fenômeno do aquecimento global devem receber atenção especial e tratamento prospectivo para que se

conheçam seus efeitos sobre os biomas e a própria humanidade, e para que se formulem políticas preventivas em tempo hábil.

Como podemos verificar na figura 3, cada Comunidade (nível 1) poderá ter um número diferente de Subcomunidades (Nível 2). A figura 2 apresenta um exemplo hipotético, com sete Comunidades (nível 1), com quantidades variáveis de Subcomunidades (nível 2).

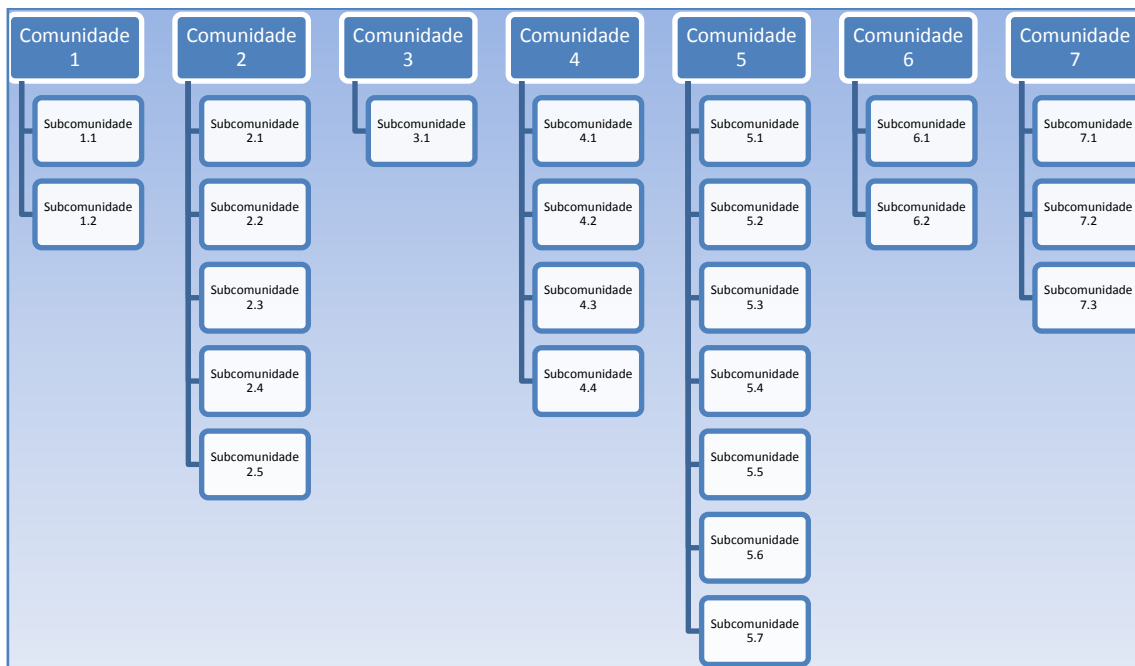


Figura 3

2.1.2 – SubComunidades do RCipea

As SubComunidades, que são o 2º nível de **Organização da Informação**, são os grandes temas da área de Desenvolvimento Econômico e Social. A partir do estudo do domínio do RCipea, foram identificados inicialmente 26 grandes temas.

As SubComunidades são dinâmicas e flexíveis, ou seja, são extensíveis. Poderão ser ampliadas, com base no estudo do domínio do RCipea, de acordo com a necessidade de especificação dos assuntos das áreas técnicas da instituição. Vejamos a seguir as SubComunidades do RCipea:

- 1 - Agricultura, Pecuária e Pesca**
- 2 – Alimentação e Nutrição**
- 3 - Ciência. Pesquisa. Metodologia. Análise Estatística**
- 4 - Comércio Internacional**
- 5 - Comércio Interno**
- 6 - Demografia. População**
- 7 - Desenvolvimento Regional**
- 8 - Desenvolvimento Social**
- 9 - Economia. Desenvolvimento Econômico**
- 10 - Educação**
- 11 - Emprego**
- 12 - Energia**
- 13 - Finanças Públicas. Bancos. Sistema Monetário**
- 14 - Governo. Administração Pública. Planejamento**
- 15 - Habitação**
- 16 - Indústria**
- 17 - Meio Ambiente. Recursos Naturais**
- 18 - Pequenas, Médias e Grandes Empresas**
- 19 – Previdência Social**
- 20 - Relações Internacionais**

21 - Saneamento

22 - Saúde

23 - Sistema Tributário

24 - Sociedade. Participação Social. Controle Social

25 - Tecnologia. Inovação. Informação. Conhecimento

26 – Transportes

A figura 4 apresenta um exemplo hipotético, trazendo o desenho do Eixo Temático Secundário do RCIpea, onde as Subcomunidades (nível 2) estão organizadas em função das sete grandes Comunidades (nível 1).

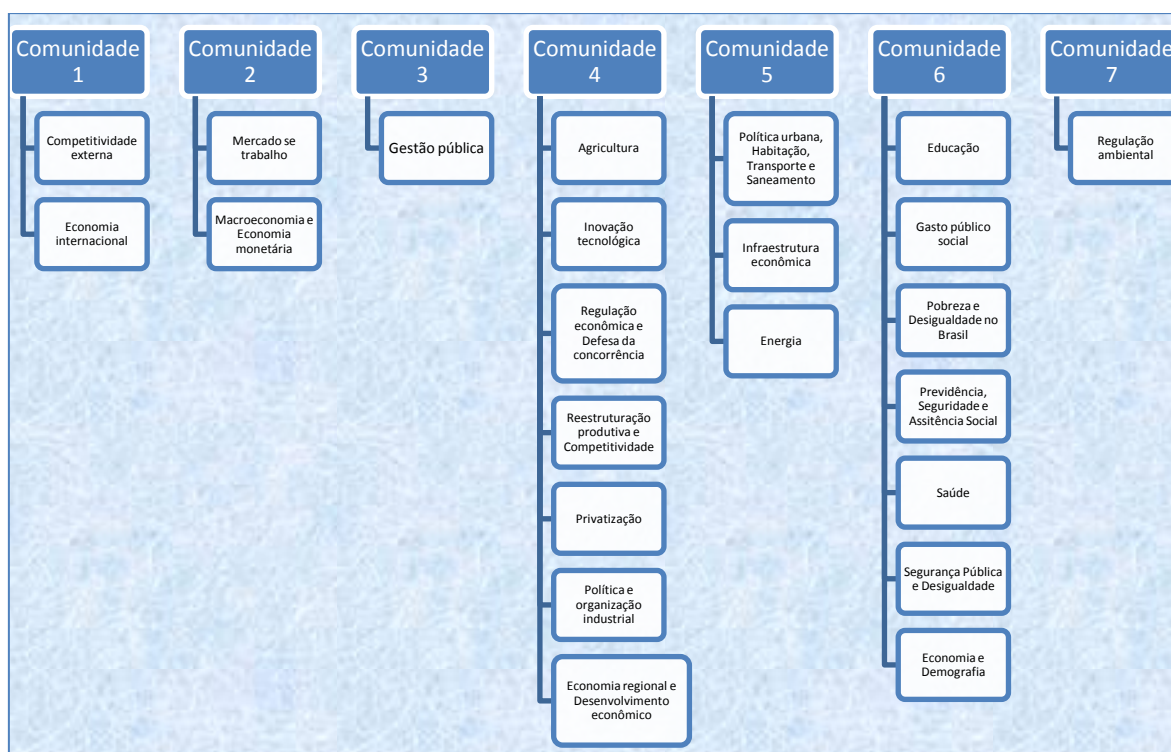


Figura 4

As 26 Subcomunidades inicialmente definidas poderão, além de ser ampliadas, conter um terceiro ou quarto nível temático. A figura 5 mostra como poderão ser ampliadas as Subcomunidades do repositório, conforme a necessidade da instituição.

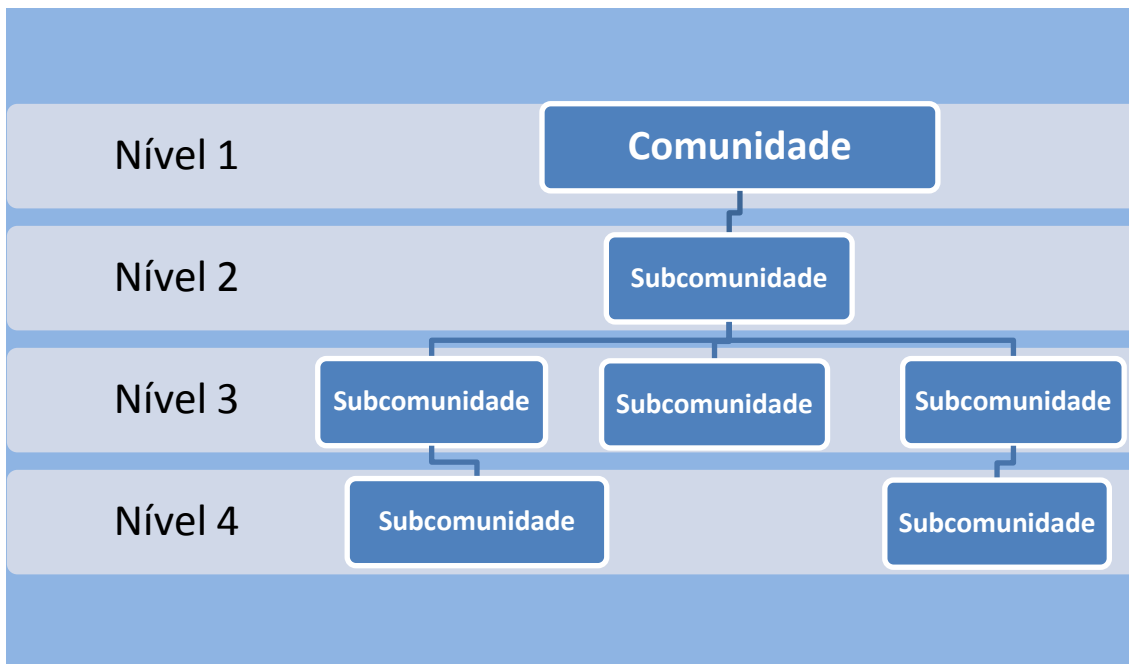


Figura 5

Considerando a necessidade de classificar (incluir) algumas publicações diretamente nas Comunidades (1º nível), para que mantivéssemos as Coleções (3º nível) apenas ligadas ao 2º nível de organização temática, foram criadas mais 7 Subcomunidades, representando também, no segundo nível de organização temática, os sete Eixos Temáticos para o Desenvolvimento.

Em alguns casos, como por exemplo, para a publicação intitulada “Plano de Ação do Ipea 2012”, não havia como classificar (incluir) a publicação em apenas uma das Subcomunidades que representam os Eixos Temáticos para o Desenvolvimento, tendo em vista se tratar de uma publicação que aborda a atuação do Ipea em todas as áreas de pesquisa. Quando os usuários, por meio da navegação na Arquitetura Informacional do repositório, tentassem localizar a publicação, teriam dificuldade de encontrá-la. Nesse caso, incluiu-se a publicação em uma das Subcomunidades, e posteriormente, por meio de um procedimento chamado “Mapeamento”, a publicação foi mapeada (classificada) em todas as outras Subcomunidades onde a busca seria lógica. Dessa forma, a publicação pode ser visualizada em todas as 7 Subcomunidades que representam os Eixos Temáticos para o Desenvolvimento.

Apresentamos a seguir a relação das 26 Subcomunidades do RCipea, dispostas conforme a organização dos 7 Eixos Temáticos para o Desenvolvimento.

1 – Inserção Internacional Soberana

Comércio Internacional

Relações Internacionais

2 - Macroeconomia do Pleno Emprego

Economia. Desenvolvimento Econômico

3 - Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia

Finanças Públicas. Bancos. Sistema Monetário

Governo. Administração Pública. Planejamento

Sistema Tributário

Sociedade. Participação Social. Controle Social

4- Estrutura Produtivo-tecnológica Avançada e Regionalmente Articulada

Ciência. Pesquisa. Metodologia. Análise Estatística

Comércio Interno

Desenvolvimento Regional

Indústria

Pequenas, Médias e Grandes Empresas

Tecnologia. Inovação. Informação. Conhecimento

5 - Infraestrutura Econômica, Social e Urbana

Agricultura, Pecuária e Pesca

Energia

Habitação

Saneamento

Transportes

6 - Proteção Social, Garantia de Direitos e Geração de Oportunidades

Alimentação e Nutrição

Demografia. População

Desenvolvimento Social

Educação

Emprego

Previdência Social

Saúde

7 - Sustentabilidade Ambiental

Meio Ambiente. Recursos Naturais

2.1.3 – Coleções do RCipea

As Coleções foram criadas a partir da tipologia dos de objetos digitais. São nas Coleções que os objetos digitais são depositados e armazenados. No Repositório do Conhecimento do Ipea – RCipea estão previstas as seguintes Coleções:

1. Animações
2. Artigos de periódico
3. Áudios
4. Audiovisuais
5. Eventos
6. Gráficos / Diagramas
7. Imagens / Ilustrações / Desenhos
8. Mapas
9. Materiais Interativos
10. Materiais Multimídia
11. Monografias
12. Periódicos
13. Projetos Ipea
14. Relatórios de Atividades / Técnicos
15. Slides / Apresentações
16. Softwares
17. Vídeos

As Coleções podem estar ligadas diretamente às grandes Comunidades, que são o primeiro nível de organização por assunto. Isso ocorrerá se não existirem subdivisões temáticas, ou Subcomunidades para essa Comunidade ou se o objeto digital a ser armazenado, melhor se encaixar na Comunidade do que em uma das subcomunidades.

Devemos classificar os objetos digitais na Comunidade ou Subcomunidade que represente o assunto mais genérico possível. (incluir princípios da Classificação por assunto, prof. Sebastião)

A figura 7 mostra uma Comunidade (Nível 1), Proteção Social, Garantia de Direitos e Geração de Oportunidades, com duas Sub-Comunidades (nível 2), Saúde e Educação. Como podemos verificar, cada Sub-Comunidade (nível 2) contém as suas Coleções de objetos digitais.

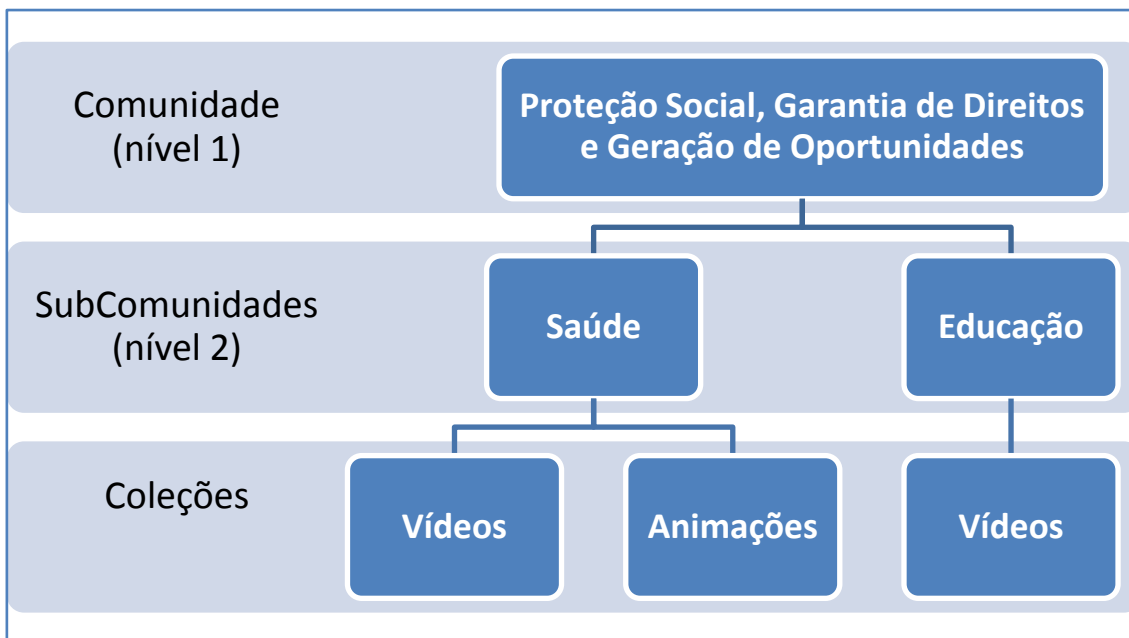


Figura 7

3 - Catalogação: a descrição física e a descrição temática de objetos digitais no RCIpea

3.1 - Padrão Dublin Core (DC)

O repositório foi construído segundo recomendações internacionais para disseminação da informação, visando aumentar a visibilidade e o acesso da pesquisa e a interoperabilidade de toda a produção do Ipea em Rede.

O conjunto de metadados do Repositório do Conhecimento do Ipea – RCIpea foi definido segundo o Padrão Dublin Core. O Padrão Dublin Core é um esquema de metadados que visa descrever objetos digitais, tais como: vídeos; mapas; animações; softwares; sons; imagens; textos, sites na web e etc.

A Dublin Core Metadata Initiative (DCMI) é uma organização dedicada a promover a adoção de padrões de interoperabilidade de metadados e desenvolver vocabulários especializados para descrever objetos digitais, que tornem mais inteligentes os sistemas de recuperação da informação.

A qualificação dos metadados foi necessária em função das necessidades do Ipea, e realizada conforme orientações da Dublin Core Metadata Initiative (DCMI). O DCMI estabeleceu maneiras padronizadas para qualificar ou refinar os elementos e encorajar o uso de esquemas de codificação e vocabulário. Cada metadado Dublin Core é opcional e pode ser repetitivo. Além disso, não há ordem no padrão Dublin Core para apresentar ou utilizar os elementos de dados.

O princípio orientador para a qualificação dos elementos Dublin Core afirma que: uma aplicação que não compreende o metadado qualificado deve ser capaz de ignorar o qualificador e tratar o valor dos metadados, como se fosse um elemento absoluto. Embora isso possa resultar em alguma perda de especificidade, o valor dos elementos restantes (sem o qualificador) deve continuar a ser correto e útil para a recuperação da informação e para a interoperabilidade em Rede.

O sistema é capaz de fazer a recuperação dos documentos pelo texto completo ou por meio de buscas simples e avançada. Não há limite em relação ao tamanho e formato dos arquivos. Além disso, estarão disponíveis informações estatísticas de acesso e downloads. Serão também mostradas no repositório as relações existentes entre as publicações do Ipea, em seus diversos suportes eletrônicos. O repositório será capaz de relacionar, por exemplo: um projeto do Plano de Trabalho do Ipea; à um artigo

apresentado em um congresso internacional, à um Texto para Discussão (TD); à um Comunicado Ipea; à um vídeo; à uma apresentação para um seminário e etc.

Tão importante quanto definir os metadados, é definir as regras de preenchimento para cada um deles. Por essa razão, iniciamos os estudos que fundamentarão a definição dessas regras, que compreendem estudos relacionados à Catalogação (Descrição Física e Temática) de diferentes tipos de objetos digitais, garantindo assim o seu correto preenchimento e recuperação. Sendo assim, está prevista para o segundo semestre de 2012 a elaboração do Manual de Preenchimento de Metadados do RCIpea.

3.2 – RCIpea: conjunto de metadados

O conjunto de metadados do Repositório do Conhecimento do Ipea – RCIpea é constituído de 34 metadados, agrupados em 5 blocos.

Bloco	Título	Descrição	Quantidade de Metadados
Bloco 1	Classificação na coleção	Metadado que indica à localização física do objeto no repositório.	1 metadado
Bloco 2	Descrição Geral	Metadados que descrevem os objetos digitais conforme seus atributos gerais ou físicos.	14 metadados
Bloco 3	Descrição Temática	Metadados que descrevem os objetos digitais de acordo com seus atributos temáticos.	11 metadados
Bloco 4	Direitos Autorais	Metadados que descrevem os objetos digitais de acordo com seus atributos relacionados aos direitos autorais.	4 metadados
Bloco 5	Submissão	Metadados relativos à submissão, de preenchimento automático. Por esse motivo, esses metadados não aparecem no formulário de entrada de dados.	4 metadados

Bloco 1: CLASSIFICAÇÃO NA COLEÇÃO

	METADADO	ATRIBUTO
1	Coleção	dc.subject.collection

Bloco 2: DESCRIÇÃO GERAL

	METADADO	ATRIBUTO
2	Título	dc.title
3	Título alternativo	dc.title.alternative
4	Autor	dc.contributor.author
5	Colaborador	dc.contributor.other
6	Editores	dc.publisher
7	Publicação anterior	dc.source
8	Idioma	dc.language.iso
9	País	dc.location.country
10	Tipo de objeto	dc.type
11	Descrição física	dc.description.physical
12	Data de publicação	dc.date.issued
13	Data de início	dc.date.started

14	Data de modificação	dc.date.modified
15	Data de finalização	dc.date.finished

Bloco 3: DESCRIÇÃO TEMÁTICA

	METADADO	ATRIBUTO
16	Resumo	dc.description.abstract
17	Abstract	dc.description.abstract.en
18	Objetivo	dc.description1
19	Metodologia	dc.description2
20	Observação/notas	dc.description3
21	Assunto	dc.subject.vcipea
22	Assunto	dc.subject.vcb
23	Palavra-chave	dc.subject.keyword
24	Publicação relacionada	dc.relation.references
25	Cobertura espacial	dc.coverage.spatial
26	Cobertura temporal	dc.coverage.temporal

Bloco 4: DIREITOS AUTORAIS

	METADADO	ATRIBUTO
27	Detentor dos direitos autorais	dc.rights.holder
28	Regime de direitos autorais	dc.rights.type
29	Termos de uso	dc.rights.license
30	Validade	dc.rights.date

Bloco 5 :SUBMISSÃO

	METADADO	ATRIBUTO
31	Identificador único	dc.identifier.uri
32	Data de publicação no repositório	dc.date.available
33	Formato	dc.format.mimetype
34	Tamanho do arquivo	dc.format.extent